

A Oposição e a integração de Portugal na ONU e na NATO

Professor
António Pires Ventura



O fim da II Guerra Mundial teve um significativo impacto em Portugal, com grandes manifestações populares de júbilo que as autoridades não quiseram ou não puderam impedir. A derrota das potências do Eixo fez nascer, entre os que se opunham ao Estado Novo, a ilusão que os Aliados eliminariam os regimes autoritários da Península Ibérica, considerados como próximos dos derrotados. Só que, nesse momento, as potências ocidentais estavam mais interessadas em travar o avanço soviético, no qual Portugal e Espanha podiam ser aliados importantes, pese embora a natureza pouco democrática dos respectivos regimes...

Em Setembro de 1945, surgiu uma iniciativa oposicionista à margem das estruturas do Movimento de Unidade Nacional Anti-Fascista (MUNAF), congregando diversas tendências, desde o PCP a sectores socialistas e republicanos históricos. Começou por ser solicitada autorização para uma reunião, que acabou por ter lugar no dia 8 do mês seguinte, no Centro Escolar Almirante Reis. Nessa assembleia, muito concorrida, foram aprovadas as condições tidas como indispensáveis para que os democratas pudessem participar no próximo acto eleitoral para a Assembleia Nacional. O acontecimento de maior relevo foi, no entanto, a fundação do Movimento de Unidade Democrática. Embora tenha surgido à revelia do MUNAF, muitas das estruturas deste, e mesmo militantes a título individual, acabaram por aderir ao MUD, o mesmo sucedendo com o PCP. Inicialmente pouco motivado, acabou por participar, face à enorme aceitação da iniciativa.

As adesões aos princípios do MUD sucederam-se. Centenas de nomes foram publicados na imprensa, numa exibição ingénua que acabou por ser aproveitada pelo regime. Foi a divulgação desse facto e dos números apresentados pela Comissão Central do movimento, quanto aos muitos milhares de apoiantes, que levou o governo a pôr em dúvida a sua veracidade, anunciando que o Ministério do Interior iria promover um inquérito. Tratava-se de um mero expediente para pôr nas mãos da polícia política um vasto conjunto de informações. Com excepção de alguns distritos, entre os quais o Porto -

as listas foram entregues e caíram assim nas mãos da polícia, que actualizou os seus ficheiros. Não tardaram as represálias, com destaque para as demissões de funcionários públicos que tinham manifestado simpatia pelo MUD. Depois de uma decisão tão grave como a entrega das listas, a Comissão Central suspendeu as sessões que realizava um pouco por todo o país, por sugestão de elementos militares, que planeavam um golpe de estado, numa das derradeiras tentativas revolucionárias que, desde 1927, emergiram dos sectores oposicionistas, cada vez de forma mais espaçada. Esses dois acontecimentos - a entrega das listas e a suspensão das sessões - tiveram efeitos negativos na expansão do movimento, frustrada como foi a sua participação nas eleições, e foram duramente criticadas pelo PCP, que acusou os responsáveis do MUD de tibieza e de terem claudicado perante o regime. Começavam a ser cada vez mais visíveis as clivagens entre o PCP e a oposição mais moderada de matriz republicana e socialista.

O MUD prosseguiu a sua actividade numa situação de indefinição - nem autorizado nem proibido. A 10 de Novembro elegeu as comissões, central, executiva e consultiva; estruturaram-se comissões profissionais, de mulheres e de jovens. Estrá última tomou a designação de Movimento Académico de Unidade Democrática, depois MUD Juvenil. Foram seus dirigentes, Mário Soares, Octávio Pato, Júlio Pomar, Francisco Salgado Zenha, António Abreu, Rui Grácio e Mário Sacramento. Era visível uma clara maioria comunista. Algumas acções de agitação do MUD tiveram alguma repercussão, com destaque para a comemoração do 31 de Janeiro de 1946. Nas escolas e nas universidades, o MUD Juvenil alargava a sua influência. Paralelamente, esboçava-se a organização de outras forças políticas, como a União Socialista, não obstante as resistências do velho Partido Socialista, de Ramada Curto, que teimava em exhibir uma legitimidade formal que não correspondia a qualquer estrutura organizativa. O PCP realizou o seu IV Congresso (II ilegal), em Junho de 1946, na Lousã. O número de militantes comunistas tinha aumentado seis vezes desde o último congresso, três anos antes, e os organismos quintuplicaram. Para o Secretariado do partido foram eleitos Álvaro Cunhal, José Gregório, Manuel Guedes e Militão Ribeiro.

Uma questão que causou acesa polémica foi o pedido de admissão de Portugal nas Nações Unidas, em 1946, apoiado por três membros permanentes do Conselho de Segurança, a França, os EUA e o Reino Unido, que provocou uma viva reacção negativa por parte do MUD, que procurava chamar atenção da opinião pública mundial e das grandes potências para a situação portuguesa, defendendo que tal integração só se podia verificar se o país passasse a fazer parte do número das nações democráticas: «só um governo democraticamente representativo pode ser intérprete da vontade de colaboração de um povo livre numa Assembleia de povos livres». A 9 de Setembro, o MUD publicava um novo comunicado em resposta a uma nota da Presidência do Conselho que criticava o documento anterior. A 10 de Setembro, por ordem do Subsecretário da Educação Nacional, foram instaurados processos disciplinares, ao abrigo do *Estatuto Disciplinar dos Funcionários Civis*, a dois membros da Comissão Central da organização oposicionista, Bento de Jesus Caraça e Mário de Azevedo Gomes. Os visados acabariam por ser demitidos por portarias publicadas no *Diário do Governo*. A candidatura de Portugal foi recusada com o veto da URSS, frustrando-se as tentativas de adesão, anualmente, até 1955, data da entrada de Portugal naquela organização.

Em 1947 ocorrerem novas demissões de professores e militares desafectos - Pulido Valente, Ferreira de Macedo, André Crabé Rocha, Dias Amado, Mário Silva, Celestino da Costa...

Entretanto, ocorreu mais uma tentativa de revolta militar. A situação política agitada contagiara alguns sectores castrenses com ligações ao MUD, que ensaiaram um movimento com apoios em várias regiões do país. De novo tudo falhou e apenas as forças do Regimento de Cavalaria nº 6 do Porto, chefiadas pelo capitão Fernando Queiroga, saíram para a rua, a 11 de Outubro de 1946, prontamente travadas e obrigadas a render-se na Mealhada. Alguns dos seus organizadores fomentaram uma nova revolta, a 10 de Abril do ano seguinte, dirigida por uma Junta Militar de Libertação, sendo detidos diversos militares de alta patente como o vice-almirante Mendes Cabeçadas, os generais José Garcia Godinho (que morreu na prisão) e Carlos Maria Ramires, os brigadeiros Vasco de Carvalho, Eduardo Corregedor Martins e António de Sousa Maia. Foram ainda pronunciadas duas dezenas de civis, incluindo João Soares, Teófilo Carvalho dos Santos, Celestino Soares e o ex-capitão Carlos Vilhena. Nesse mesmo ano de 1947 registou-se uma intensa agitação operária devida, em larga medida, à acção do PCP - greves na margem sul do Tejo, em especial no Barreiro e no Ribatejo -, mas também entre os estudantes ocorreram manifestações antigovernamentais. As prisões de oposicionistas sucederam-se nos finais de 1947 e início do ano seguinte. Em Março de 1948, o MUD acabou por ser formalmente proibido e pronunciados os membros da Comissão Central e da direcção do MUD Juvenil. Embora debilitada, mas conservando algumas estruturas a funcionar ilegalmente, a oposição preparava-se para a próxima batalha eleitoral.

As eleições presidenciais anunciadas para o início de 1949 apareciam, para os adversários do Estado Novo, como mais uma oportunidade. A candidatura do general Norton de Matos, se bem que não fosse isenta de polémica, conseguiu unir vastos sectores anti-salazaristas - excepto o velho PRP, o PS virtual, e Cunha Leal, arqui-inimigo do general a quem chamou Calígula - e proporcionou a realização de numerosas manifestações, comícios e sessões por todo o país. Mas os apoiantes de Norton de Matos estavam divididos quanto à possibilidade de uma ida às urnas, defendendo o PCP que uma tal eventualidade serviria apenas para legitimar o regime. A decisão foi tomada a 7 de Fevereiro de 1949, numa dramática reunião de delegados de todo o país, que decidiu a desistência. Nessa assembleia manifestaram-se clivagens insanáveis entre os comunistas e seus aliados, apoiados pelas comissões sócio-profissionais, de jovens e de mulheres, e os sectores moderados, republicanos e socialistas. Estas divisões aprofundaram-se depois das eleições. Norton de Matos, profundamente traumatizado pela decisão aprovada, responsabilizou os comunistas e cortou definitivamente do PCP. Foi o início de uma crise na oposição a portuguesa, com o agudizar de divergências entre os diversos agrupamentos que a compunham, e no interior do PCP, motivados por diferenças ideológicas e tácticas, ampliadas pelos ecos da situação internacional e pela repressão.

Se é verdade que a campanha eleitoral das presidenciais de 1949 possibilitou um momentâneo alargamento da influência da oposição em geral e do PCP em particular, com um aumento do recrutamento e implantação, também levou a que as estruturas

clandestinas se expusessem. Muitos comunistas integraram as comissões de candidatura, colocando-se, desse modo, sob vigilância policial. Ainda em Fevereiro de 1949, começou uma vaga de prisões que afectou o PCP com o desmantelamento de organizações em todo o País. Mais grave do que isso foi a prisão, em 25 de Março de 1949, numa casa do Luso, de dois destacados membros do seu Secretariado - Álvaro Cunhal e Militão Ribeiro. Outros dirigentes e funcionários do partido foram também detidos - Sofia Ferreira, Dias Lourenço, Georgette Ferreira, Jaime Serra, Augusto de Sousa, Mercedes Ferreira, José Augusto Martins, António Bastos Lopes -, continuando a polícia a atingir gravemente o aparelho clandestino do PCP nos dois anos seguintes.

A repressão policial e a divisão existente nas fileiras oposicionistas justificariam, em larga medida, a ausência da oposição nas legislativas de 1949. Alguns republicanos e socialistas abandonaram a tática frentista adoptada desde 1945 e passaram a tomar uma posição mais pró-ocidental, «atlantista», num momento em que a guerra fria e o confronto que opunha o Ocidente, por um lado, à URSS e às novas democracias populares, por outro, se agudizava. De facto, o panorama internacional agravava-se desde 1945, com uma substancial parte da Europa central e do leste ocupada pelo exército vermelho. Em França e em Itália, onde existiam Partidos Comunistas fortes, saídos da resistência, a agitação social aumentava e atingiu naquele primeiro país uma dimensão de quase guerra civil. A crise iraniana desenrola-se entre 1945 e 1947, envolvendo a URSS, os EUA e outros países da região. A guerra civil grega decorre a partir de 1946, só terminando em 1949, com a fuga dos últimos grupos de guerrilheiros comunistas para a Bulgária e a Albânia. O bloqueio de Berlim, em 1948, foi outro momento de grande tensão e enfrentamento entre os antigos aliados. A guerra fria, expressão utilizada pela primeira vez, em 1947, pelo senador Barnard Baruch, num discurso escrito pelo jornalista Herbert Swope, era uma realidade, e a clivagem a nível internacional não deixou de afectar as hostes oposicionistas lusas.

No Partido Comunista Português também se reflectiram as divergências que, desde 1948, dilaceravam o movimento comunista internacional por causa da questão jugoslava. Tito, dando mostras de não acatar os ditames de Moscovo, rejeitou, em 1948, o projecto de uma federação jugoslavo-búlgara. Stalin criticou duramente a posição jugoslava no que foi secundado pelo Kominform. Tito passou a ser apelidado de traidor, de trotskista, de serventário dos americanos, e de ter abandonado os ideais marxistas-leninistas em benefício do nacionalismo e de posições pequeno-burguesas. O PCP apoiou a posição de Moscovo. Um suplemento especial ao *Avante!* ⁽¹⁾ publicava a resolução do Kominform condenando a Jugoslávia. O confronto entre a URSS e a Jugoslávia teve profundas repercussões, com o apelo de Moscovo ao derrube da direcção de Belgrado que respondeu com a prisão dos principais estalinistas, Zujovic e Hebrang. A ameaça de uma invasão persistiu até à morte de Staline. Nos partidos comunistas inicia-se uma purga dos elementos pseudo-titistas, muitos dos quais são executados ou defenestrados: Kotxi Xoxe, na Albânia, Traicho Kostov, na Bulgária, Anna Pauker e Vasile Luka, na Roménia, o checo Rudolf Slansky, Lazlo Rajk - secretário geral do PC húngaro, fuzilado em 1949. Curiosamente, alguns dos que caíram em desgraça nessa época foram depois reabilitados e chegaram a ocupar lugares de grande destaque, como o polaco Wladislaw Gomulka, afastado em 1951 e eleito em 1956 secretário geral do Partido Operário Unificado

Polaco, num primeiro sinal de liberalização que contagiou o PC húngaro, com a demissão do estalinista Matyas Rakosi, substituído por Erno Gero que, juntamente com Imre Nagy, tentaram imprimir uma viragem radical na política húngara. Também János Kádár, preso nas purgas de 1951, foi reabilitado em 1956 e alinou com os soviéticos contra o grupo Nagy-Gero, sendo nomeado primeiro ministro da Hungria após a derrota da sublevação anticomunista daquele ano.

Desde o pós-guerra, sintonizado com a orientação impressa a nível internacional de luta contra a heresia «titista» e o «browderismo», o PCP reeditou ataques aos que defenderam, no passado, a «política de transição», exigiu autocríticas, procedeu a expulsões por mau porte na polícia, cujos nomes surgiam, desde 1949, nas páginas do *Avante!*, denunciou publicamente os «traidores e provocadores» como Manuel Domingues, Mário Mesquita, Piteira Santos, Gilberto de Oliveira, ao mesmo tempo que justificava as purgas que afectaram os partidos comunistas de diversos países – Checoslováquia, Hungria, etc.. Algumas publicações desta época são elucidativas do clima que então se vivia. Na brochura *Lutemos contra os Espiões e Provocadores*, publicada pelo Secretariado do CC, em 1952, fazia-se o paralelismo entre os casos ocorridos nos partidos comunistas estrangeiros e no PCP, começando com os antigos casos de Zinoviev, Bukarine, Kamenev, Rikov, Totsky, na Rússia, de outros ocorridos nos PC espanhol, francês e polaco, para depois se centrar nas mais recentes traições. Tal como Trotsky, na historiografia oficial soviética, anualmente revista, estivera ligado à polícia secreta czarista desde a revolução de 1905, também os novos hereges eram serventários do imperialismo. Vejamos este exemplo retirado da mesma brochura: «Quando do julgamento do traidor húngaro Rajk, provou-se que ele e os seus cúmplices foram agentes a soldo da polícia de Horthy e passaram-se, depois que Horthy foi derrotado, para o serviço de outros patrões mais poderosos: a espionagem americana. A dirigir a acção nefasta deste bando de provocadores a reacção americana colocou a camarilha de Tito-Rancovitch, essa nova Gestapo fascista. O papel de primeiro plano desempenhado por a infame camarilha de Tito em todos os actos de provocação e espionagem contra as Democracias Populares, tem a sua origem no facto de numerosos espiões americanos provocadores e trotskistas (entre os quais mais de 150 indivíduos libertos dos campos de internamento franceses, em 1941, e enviados pela Gestapo para a Jugoslávia para aí fazerem espionagem) se terem apoderado do poder após a libertação da Jugoslávia. Estes espiões constituem hoje a maior parte dos colaboradores directos de Tito e expulsaram de todos os cargos de responsabilidade, prenderam e assassinaram os homens honestos filhos do povo que tinham lutado pela libertação do seu país». Quanto à Checoslováquia e às depurações recentemente ocorridas no respectivo PC, a mesma publicação denunciava a «agência trotskista-titista do imperialismo na Checoslováquia, com os traidores Slansky, Sling, Svernova, Clementis & Cia à cabeça»^[2].

Nesse mesmo ano de 1952, é publicada outra brochura intitulada, que é parte de um informe de Clement Gottwald onde se justificava a acção tomada contra Rakosi e os seus partidários^[3].

O PCP procurou o impossível: continuar a experiência de unidade ensaiada no MUD através do Movimento Nacional Democrático, dirigido por uma Comissão Central onde

sobressaíam os nomes de José Morgado, Ruy Luís Gomes, Lobão Vital e Virgínia Moura. O MUD Juvenil continuava a existir, mas dentro desta nova orientação, sendo criadas outras estruturas como a Comissão Nacional para a Defesa da Paz - animada por Maria Lamas, Manuel Valadares e Ruy Luís Gomes. A posição do PCP, no que respeita à unidade com outras forças políticas, é enunciada tanto nos artigos da imprensa partidária, como nos materiais produzidos a propósito da IV Reunião Ampliada do Comité Central (1952)^[4] e na V Reunião Ampliada do Comité Central (1954)^[5]. O MND era o instrumento privilegiado dessa política unitária redutora e minimalista.

Entre 1950 e 1952, no PCP, uma verdadeira razia, caindo nas mãos da polícia diversos quadros e tipografias ilegais, com a detenção de dezenas de militantes de várias zonas do País. Foram atingidas organizações do Alentejo, Algarve, Minho, Oeste (Leiria) e Ribatejo. Algumas traições contribuíram para esse quadro negro que o PCP conheceu depois dos florescentes anos de 1945-9. A necessidade de defesa do partido, aliada à situação internacional, implicou um certo enquistamento, uma viragem para dentro, que cedo se transformou num profundo sectarismo.

Por seu turno, os sectores republicanos e socialistas criaram as suas próprias estruturas. Ainda em 1949, no rescaldo das presidenciais, assistiu-se a um reagrupamento das forças oposicionistas. Mantiveram-se as antigas organizações praticamente simbólicas - PRP, Esquerda Democrática -, mas os socialistas procuraram reorganizar-se, não obstante a existência de um Partido Socialista Português (Secção Portuguesa da Internacional Operária) que não desenvolvia qualquer actividade. Primeiro, com o Núcleo de Doutrinação e Acção Socialista (1942), depois, com a União Democrática (1943), organizações que convergiam na União Socialista (1944-5), que teve o engenheiro Sá Cardoso como secretário-geral. Os socialistas portugueses tentaram, em vão, obter o reconhecimento internacional, perante as recusas sistemáticas das relíquias do velho PSP. Num dos seus livros, Sá Cardoso relata as diligências então empreendidas, nomeadamente, uma deslocação a França que se saldou por um malogro^[6]. Ainda em 1949, foi criada a União Democrática Portuguesa, com António Macedo, Agostinho de Sá Vieira, Carlos Cal Brandão e seu irmão Mário. Esta corrente continuará a sua actividade e esforços organizativos com a Resistência Republicana (1953-4) - Manuel Mendes, Teófilo Carvalho dos Santos, José Magalhães Godinho, Gustavo Soromenho, Mário Soares -, a Causa Republicana (1955) e o Directório Democrata-Social, cuja existência se prolongará até aos anos sessenta. As fronteiras entre estas estruturas não eram claras nem a sua sequência cronológica, assumindo, por vezes, a forma de círculos de reflexão e de opinião. A chamada «Comissão dos 24», formada em 1949, que incluía Mário de Azevedo Gomes, Carlos Sá Cardoso, Afonso Costa (filho), Lobo Vilela e Adão e Silva, defendia claramente uma posição «atlantista», pensando que, com a aproximação aos Estados Unidos e seus aliados, Portugal podia ser «invadido» pelos ideais democráticos. Esses sectores mais moderados tentaram, sem êxito, obter do poder o reconhecimento de estruturas alternativas, como a Organização Cívica Nacional (1951), a Liga Cívica (1954) e, mais tarde, a Frente Nacional Liberal e Democrática (1957), dirigida pelo general Ferreira Martins e por Nuno Rodrigues dos Santos, mas a todas elas o regime recusou um estatuto legal.

A oposição republicana e socialista era apelidada de colaboracionista. O *Avante!* de Maio de 1953 não poupava críticas aos que defendiam a adesão de Portugal ao pacto do Atlântico: «os cabecilhas pseudo-democratas desta nova tentativa de divisão, drs. António Sérgio, Nuno Simões, Domingos Pereira, Fernando Lopes, Ramada Curto, são colaboradores da reacção internacional e defensores da política salazarista de guerra que tantos males já causou ao nosso povo e ao país»^[7].

As posições tomadas pelos dois grupos face as eleições presidenciais antecipadas de 1951 e às legislativas de 1953 e de 1957 foram divergentes, com duras disputas e ataques recíprocos que mostram, pela violência invulgar que por vezes assumiam, o fosso que dividia a oposição ao Estado Novo. Foram tempos de refluxo e de crise profunda, que só tiveram como refrigério a vinda para a oposição de alguns elementos provenientes do campo governamental. Com base na candidatura do almirante Quintão Meireles, por exemplo, gerou-se um movimento insurreccional, desarticulado pela polícia, em 1952, que tinha como mentores o capitão Henrique Galvão e o coronel Maia.

A linha sectária do PCP manter-se-á até 1954, quando José Gregório deixou o País por razões de saúde e a direcção do partido passou a ter em Júlio Fogaça o seu elemento mais qualificado. No entanto, a influência do partido manteve-se em algumas regiões, nomeadamente, no Alentejo e no Ribatejo. A repressão tinha-se entretanto abatido sobre o MUD Juvenil, que foi desarticulado, com a prisão de algumas dezenas de activistas.

O XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (Fevereiro de 1956), que consumou a destalinização e a crítica ao culto da personalidade, teve importantes reflexos em todo o movimento comunista internacional e também no PCP, cujo V Congresso (Estoril, Setembro de 1957) consagrou em Portugal as teses nele aprovadas, com a crítica do sectarismo do início dos anos cinquenta e o excessivo poder do Secretariado. Foi definida uma linha política conciliatória que privilegiava a cooperação com outras forças da oposição e até com sectores descontentes do regime, ao mesmo tempo que se admitia como possível uma transição pacífica para a democracia. A pedra angular desse novo edifício estratégico era a «jornada nacional pacífica pela demissão de Salazar», transferindo-se assim para a pessoa do Presidente do Conselho o negativismo do regime: com a sua demissão, o sistema sofreria uma inevitável transformação democrática. O informe político do Comité Central foi apresentado por Júlio Fogaça («Ramiro») e as restantes intervenções couberam a José Lopes Baptista («Montes»), Octávio Pato («Melo»), Guilherme da Costa Carvalho («Manuel»), Joaquim Gomes («Ferreira»), Dias Lourenço («João») e Jaime Serra («Freitas»). Foi ainda aprovado pela primeira vez um programa do partido, que assumia uma versão definitiva bem diferente do projecto inicial de 1954. Enquanto este defendia para Portugal a «criação de uma democracia de novo tipo, de cunho verdadeiramente popular» e apontava, no seu ponto III, que «a única saída para a actual situação política que o País vive é um levantamento nacional que derrube para sempre o fascismo»^[8], no Programa de 1957, o ponto IV anunciava ser possível uma outra via, propondo a formação de uma «frente nacional de aceito que abrirá a possibilidade para a solução pacificado problema político portuguesa num sentido democrático»^[9]. Um dos reflexos dessa viragem foi a realização do Congresso Republicano de Aveiro, em 6 de Outubro de 1957, legalmente autorizado, no qual

participaram elementos das várias correntes oposicionistas.

Os resultados práticos dessa nova estratégia, mais aberta, se bem que tenham aberto a possibilitado a colaboração com outras forças democráticas, acabaram por se revelar negativos para a organização partidária clandestina, mais vulnerável à acção policial, o que se reflectiu no número de prisões, casas e tipografias ilegais descobertas e organizações desmanteladas. Sucessivas traições facilitaram a repressão. Ao fazer o balanço desses anos no VI Congresso do PCP (1965), Joaquim Gomes referiria que, desde 1957, tinham sido detidos 122 funcionários do Partido e descobertas 40 casas clandestinas!^[1] Por outro lado, ocorreram movimentações populares que escaparam totalmente à direcção do partido. As eleições presidenciais de 1958 foram a prova dessa desorientação: sugerindo primeiro Cunha Leal, apoiando depois Arlindo Vicente, ao mesmo tempo que acusava Humberto Delgado de «fascista», o PCP, depois de constatar o apoio popular conseguido pelo general, acabou por lhe dar o seu apoio. No rescaldo eleitoral, quando se registaram importantes manifestações e greves de protesto, em Junho e Julho de 1958 - Lisboa, Porto, Algarve, Marinha Grande, trabalhadores rurais -, o PCP foi surpreendido pelo vigor dessas demonstrações. Mas as eleições presidenciais de 1958 provocaram uma convergência nunca até então vista entre as forças que se opunham ao Estado Novo. A crise profunda que a oposição conheceu, a partir de 1950, parecia ultrapassada. Em redor de Delgado reuniram-se republicanos, socialistas, católicos, comunistas, dissidentes do regime, monárquicos, antigos integralistas e nacionais-sindicalistas. Mas as relações de Delgado com o Ocidente eram notórias, e a sua participação em estruturas internacionais foi decisiva na evolução do seu pensamento político...

As relações internacionais de Portugal constituíram, assim, um factor de divergência entre as forças que se opunham ao Estado Novo. A guerra fria e a divisão do mundo em dois blocos antagónicos tiveram profundos reflexos na clivagem entre os que, críticos do regime, consideravam que a inserção do país em organizações como a ONU e a OTAN podiam ser benéficas, pelo contágio positivo proporcionados pelas democracias ocidentais, e os que, alinhados com o bloco socialista, vima nesse inserção um elemento negativo, que objectivamente reforçaria Salazar.

^[1] «A Resolução do Bureau de Informação sobre o P. C. da Iugoslávia», Suplemento ao *Avante!*, nº 125, VI Série, 1ª quinzena de 1949.

^[2] Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português, *Lutemos contra os Espiões e Provocadores. Breve História de alguns Casos de Provocação no PCP*, s.l., Editorial *Avante!*, 1952, p. 2.

^[3] — *A Propósito de certas Questões internas do PC da Checoslováquia*, s.l., Editorial *Avante!*, s.d.

^[4] — *IV Reunião Ampliada do Comité Central do Partido Comunista Português. Resoluções*, s.l., Editorial *Avante!*, 1952.

^[5] — *Avante!*, nº 186, VI Série, março de 1954, pp. 1 e 2.

^[6] — *Memórias duma Época e Apontamentos Políticos*, Lisboa, Edição do Autor, 1973, pp. 142 a 147.

^[7] — «Unidade dos Democratas na Luta pelas Condições mínimas pelas Liberdades Democráticas e pela Paz», *Avante!* nº 177, VI Série, Maio de 1953, Separata, p. 1.

^[8] — *Projecto de Programa do Partido Comunista Português*, s.l., Editorial *Avante!*, 1954, p. 4.

^[9] — *Programa do Partido Comunista Português aprovado no V Congresso*, s.l., Editorial *Avante!*, 1957, pp. 6 e 7.

^[10] — Joaquim Gomes, *VI Congresso do Partido Comunista Português. Relatório sobre Problemas de Organização*, s.l., Editorial *Avante!*, 1965, p. 4.

O M. U. D. perante a admissão de Portugal na ONU

Por notícias emanadas do estrangeiro, o povo português tomou conhecimento de que o seu Governo apresentara o pedido de admissão à Organização das Nações Unidas. Esta maneira insólita de sermos informados de um facto de tão alto interesse nacional, embora habitual, é mais uma prova das características anti-democráticas do actual regime, aliás tão claramente proclamadas, em trabalhos doutrinários ou em discursos produzidos por pessoas responsáveis.

Aos democratas portugueses não surpreenderam nem o pedido formulado, nem as circunstâncias que o precederam e acompanharam. Não podia o Governo manter-se, indefinidamente, numa atitude de isolamento que se alongara já demasiado e se tornara injustificável depois de classificar de «neutralidade colaborante» a sua política de guerra.

Excluído da Conferência de S. Francisco, na qual se lançaram os fundamentos da nova Liga das Nações, e de acordo com a Carta Organica nela elaborada, não podia, tão pouco, ter dúvidas o Governo Português de que a admissão de Portugal na Comunidade Internacional implicava a *integração do Estado numa ardem democrática*, para que pudesse tal admissão constituir um direito.

Assistiu o país a uma tentativa do género, anulada a breve trecho, com grave ofensa dos direitos e da moral política, quando o Governo reconheceu que não eram suficientes as precauções tomadas para conter a torrente avassaladora da oposição. Incapaz de dominá-la por processos democráticos, enveredou novamente pelo caminho da repressão violenta e das represálias, com supressão pronta das escassas liberdades que havia concedido. Não podendo simular o apoio interno, procurou à custa de acordos com nações estrangeiras, nos quais é discutível o acautelamento dos interesses nacionais, criar os compromissos diplomáticos que lhe facilitassem a admissão dispensando-o, ao mesmo tempo, de realizar as condições de política interna necessárias.

Julgou agora o Governo ter chegado a oportunidade de realizar este acto político, e de resto o não fez sem prévias garantias de apoio. Desde, porém, que esse apoio não possa ser sincero nem desinteressado é fora de dúvida que nos não trará nem honra, nem benefício.

A Comissão Central do Movimento de Unidade Democrática, como representante dos democratas portugueses, compete o indeclinável dever de definir perante o país, a sua posição nesta emergência, repudiando antecipadamente qualquer especulação malevolva que possa fazer-se à volta deste documento.

Ao Povo Português assiste o pleníssimo direito de estar representado na ONU, pela sinceridade e pelo entusiasmo com que perfilha, na sua grande maioria, os princípios consignados na Carta das Nações Unidas, assim como, através dos seus delegados, democraticamente representativo, colaborou desde o primeiro momento, na antiga Sociedade das Nações.

Tal direito é-lhe garantido pelas suas tradições liberais, pelo seu amor ao trabalho e à paz, pelo espírito de tolerância de que dá constantes provas, pelo fundo cristão que existe no substrato da alma nacional, pelas inegáveis aptidões colonizadoras, que são — elas próprias — o espelho de algumas virtudes essenciais da grei portuguesa; pela posição inequívoca ainda, que tomou desde o primeiro momento a favor das nações democráticas, não obstante a repressão a que estava sujeito e que algumas vítimas causou.

O perfeito conhecimento do Portugal hodierno, acompanhado de cuidadosa revisão da história pátria, não pode conduzir a outro género de conclusões. Assim pensam, com certeza, todos os democratas portugueses.

Mas estes também sabem — e não podem esquecê-lo — em que princípios fundamentais assentou o ante-projecto da Constituição orgânica desta nova congregação dos Povos livres da terra, com que objectivos formais foram os mesmos povos chamados a congregar-se, e quais foram, e quão nobres e elevadas, as vozes que fizeram para o mundo a primeira chamada.

A verdade é que não existem Povos livres onde quer que sobrevivam regimes que a moral internacional condenou, onde as liberdades cívicas são cercadas por sistema, onde assumem, de mãos dadas, na orgânica do Estado, posição cimeira, a Polícia Política e a Censura, onde a consulta

ao eleitorado, viciada sobre imperfeita, não pode garantir honestamente a expressão da opinião pública, onde o governo é, com poderes descrecionários, o órgão executivo de um só partido, onde se movimentam massas militarizadas em que fica incluída a própria juventude, com o objectivo único de realizar pela violência o que se não realiza pela persuasão, onde se faz da religião predominante — abusando do fundo cristão a que aludimos — arma sectária, apostados os dirigentes da igreja em conseguir que se apege a esse fundo respeitável como que a espessa crosta de um clericalismo grosseiro, onde finalmente a educação pública, que se destina à preparação das gerações futuras — penhor de dias melhores — permeável também ela (como os demais sectores) às perseguições, ao espírito sectário e à deformação da inteligência e do carácter, a cada passo oferece à crítica, desapaixada e capaz, um triste quadro. Tudo isto sabem e sentem os democratas portugueses. E também recordam — porque não sofrem de amnésia colectiva — a linha sinuosa dos compromissos da política externa nacional, registaram e não esqueceram certas palavras dissonantes de chefes responsáveis, desde os ataques à democracia ao orgulho com que proclamavam uma intervenção decisiva para o triunfo do actual regime político espanhol, e as bruscas mudanças de atitudes, ao favor dos ventos que sopravam. Têm de mais a consciência de que não ficou iludida, em qualquer tempo, a alma popular com determinadas alterações de cenário, antepostas aos olhos atónitos do povo português, e também sabem que existe o *bom senso colectivo*, e nele acreditam, e que este não cura pelas aparências, por mais brilhantes e mais capazes que estas sejam de ofuscar a verdade.

Só nestes factos, que colocam o governo português e o regime que representa, fora das condições de aceitação, no seio da Organização das Nações Unidas, se pode fundamentar a oposição que o seu pedido encontrou já na respectiva Comissão.

É incontestável que a falta de cumprimento das cláusulas de admissão ou nos sujeita a um desaire internacional, ou constitui uma situação de favor, cujo preço é difícil de avaliar. De qualquer modo, não é um direito que se reclama e quer a admissão, contra os princípios da Carta das Nações Unidas, quer a recusa em nome desses princípios são igualmente vexatórias para o nosso sentimento de portugueses-democratas.

Desde o seu início que o MUD, em representações ao Presidente da República, vem lembrando a necessidade de integrar-se o nosso país numa ordem verdadeiramente democrática que lhe permita resolver os seus problemas internos, cada vez mais agravados, e sejam uma garantia da sincera colaboração internacional. Se estas reclamações tivessem sido atendidas, poderíamos ver Portugal ingressar na nova comunidade das Nações com unânime aplauso dos seus membros e na posição inatacável que um direito legítimo assegura.

Os factos vêm provar mais uma vez que a política seguida pelo Governo foi prejudicial aos interesses nacionais, confirmando este caso a tese de que só um Governo democraticamente representativo pode ser um intérprete da vontade de colaboração de um Povo livre numa assembleia de Povos livres.

Agosto de 1946.

A Comissão Central do M. U. D.

Mário de Azevedo Gomes, professor catedrático da Universidade Técnica, antigo Ministro da República;

Bento de Jesus Caração, professor catedrático da Universidade Técnica;

Helder Ribeiro, coronel, deputado às constituintes de 1911 antigo professor e antigo Ministro da República;

Maria Isabel de Aboim Inglês, professora;

Fernando Mayer Garção, advogado;

Manuel Mendes, escritor;

Lobo Vilela, professor e publicista;

Alberto Dias, operário da construção civil;

Manuel Tito de Morais, engenheiro;

Demétrio Duarte, contabilista;

Luciano Serrão de Moura, médico;

Mário Soares, estudante.

QUE TODOS OS DEMOCRATAS DIVULGUEM ESTE DOCUMENTO